

EDITORIAL

Wescley Silva Xavier

Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Administração e Contabilidade (DAD). Av. Peter Henry Rolfs s/n - Campus Universitário. 36570-900, Viçosa – Minas Gerais, Brasil, (31) 3899-1607, wescley@ufv.br

Caros leitores,

Trazemos a vocês o primeiro número de 2017 da Revista Administração Pública e Gestão Social. Antes de apresentarmos os textos que abrem o nono ano da revista, é momento de realizarmos um balanço deste último ano. Em 2016 recebemos 339 artigos, o que representa um aumento de aproximadamente 60% das submissões em comparação a 2015. Dentre os artigos recebidos, 71,5% foram rejeitados no *desk review*. Dentre os encaminhados para o *double blind review* com processo de avaliação finalizado, apresentamos uma taxa de aceite de 29%. Aproveito aqui para agradecer a todos os editores científicos, avaliadores, autores e leitores que estiveram conosco.

Abrimos este número com o artigo intitulado *Microcrédito e Microempreendedor: o caso do Crediamigo na região do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais*. De autoria de Leandro Martins Vieira e Francisco Vidal Barbosa, o texto busca evidenciar como o microcrédito influencia a promoção do empreendedorismo no Vale do Jequitinhonha. A partir de uma análise de cluster, os autores identificaram uma influência positiva do microcrédito na lucratividade e geração de fluxo de caixa, entretanto, sem impactar a geração de empregos na região.

Fabiano Blonski, Rodolfo Coelho Prates, Mayla Costa e Fábio Vizeu nos trazem *O Controle Gerencial na Perspectiva do New Public Management: o caso da adoção do balanced scorecard na Receita Federal do Brasil*. Tomando a Receita Federal do Brasil como caso, os autores buscam compreender os aspectos de administração estratégica no poder público federal a partir da combinação entre os preceitos do *new public management* e do *balanced scorecard* (BSC). Dentre os resultados mais relevantes, os autores destacam a necessidade de se desenvolver um ajuste nas métricas e indicadores do BSC face à centralização e burocracia excessivas na estrutura da Receita Federal.

O terceiro artigo é de autoria de Josiel Lopes Valadares, Lausa Barbosa Pinto, Ana Alice Vilas Boas e Mozar José Brito. Em *Administração Pública sob a Ótica dos Estudos Críticos: reflexões, interlocuções e tendências*, os autores investigam as incursões da academia brasileira no emprego de abordagens críticas no campo da administração pública. Com base em um estudo bibliográfico, os

resultados apontam para uma apropriação da perspectiva crítica por parte dos pesquisadores do campo, sendo destaques a noção de razão crítica, a emancipação e as relações de poder.

Na sequência, temos o artigo assinado por Sílvio Campos Guimarães e Nelson Marconi. *O Impacto da Remuneração Variável no Desempenho do Servidor Público* buscou evidenciar impactos deste tipo de remuneração no desempenho de diretores e professores de escolas públicas do Estado de São Paulo. Com base nos resultados, os autores afirmam não se possível afirmar se há algum impacto da remuneração variável no desempenho dos servidores, sendo esta variável inócua, também, no desempenho dos alunos.

O quinto artigo desta edição é de autoria de Marta Aguilar Gil e Rafael Conde Melguizo. Em *La Accesibilidad a la Administración Electrónica em España de las Personas con Discapacidad Motora* os autores investigam barreiras que impedem pessoas com lesão medular e paralisia cerebral de acessar os serviços da administração pública disponíveis por meios eletrônicos. No ensaio os autores tomam defesa da necessidade de se incorporar elementos da sociologia para a análise das variáveis determinantes da acessibilidade e inibidoras do autoestigma, para além do paradigma técnico-funcional.

Por fim, Albino Alves Simione e Ivan Beck Ckagnazaroff nos trazem *Governança Participativa em Moçambique: dinâmicas do envolvimento dos cidadãos na gestão municipal em Xai-Xai*. No texto os autores estabelecem uma reflexão acerca da institucionalização das instâncias de participação social e envolvimento dos cidadãos na esfera municipal em Moçambique, em particular, nas implicações dos mecanismos de governança na tomada de decisão das políticas públicas locais. Os achados apontam para a implementação de conselhos locais como forma principal de participação, todavia, restringindo-se a um caráter consultivo e propositivo, sendo limitados quanto às potencialidades deliberativa e fiscalizadora.

Boa Leitura

Wescley Silva Xavier

Editor-Chefe